

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO E O NEOLIBERALISMO: uma agenda do presente a ser pensada

BRAZILIAN HIGH SCHOOL REFORM AND NEOLIBERALISM: a present agenda to be thought of

Anderson Souza Oliveira¹ - UFPB

RESUMO

Qual a relação do neoliberalismo e a educação brasileira? Essa foi a questão norteadora do presente artigo e que desenhou o percurso aqui abordado. Tendo como ponto de partida histórico, a reforma do Ensino Médio e partir da obra de Dardot e Larval (2017), questões como empreendedorismo e autonomia foram discutidas dentro desta perspectiva analítica para compreender até que ponto a economia interfere/colabora no processo educacional brasileiro. Sendo assim, o objeto de estudo do presente artigo recorta-se na própria reforma do ensino médio correlacionado com o neoliberalismo a partir de uma pesquisa bibliográfica partindo dos autores citados. Após discussão, observou-se o quanto a educação brasileira atualmente possui características econômicas em seus desdobramentos.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Educação; Autonomia; Empreendedorismo.

ABSTRACT

What is the relationship between neoliberalism and Brazilian education? This was the guiding question of the present article and that has designed the path addressed here. Having as historical starting point, the high school reform and from the work of Dardot and Larval (2017), issues such as entrepreneurship and autonomy were discussed within this analytical perspective to understand to what extent the economy interferes/collaborates in the Brazilian educational process. Thus, the object of study of the present article is cut in the reform of high school itself correlated with neoliberalism from bibliographical research starting from the cited authors. After discussion, it was observed how Brazilian education currently has economic characteristics in its unfoldings.

KEYWORDS: Neoliberalism; Education; Autonomy; Entrepreneurship.

DOI: 10.21920/recei7202282810561069

<http://dx.doi.org/10.21920/recei7202282810561069>

¹Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ). Coordenador e pesquisador da linha Educação e Relações Étnico-Raciais do Grupo de Estudo e Extensão sobre Relações Étnico-Raciais, Gênero e Educação. (GERE-UNILAB/UECE); pesquisador do Núcleo de Estudos em Raça e Interseccionalidades (Neri-UFC-UNILAB) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sociologia e Relações Raciais (HUN-UFPB). Professor de Sociologia. E-mail: anderson.sociologo07@gmail.com / ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0506-6028>

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo refletir acerca dos caminhos que a educação brasileira encontra-se mediante o cenário neoliberal presente. Qual seu objetivo, suas pretensões, as mudanças que ocorrerão nos currículos escolares, e até mesmo a alteração na subjetividade das/os estudantes do ensino médio. Para visualizar melhor esse cenário, deter-me-ei na reforma do ensino médio (Lei 13.415/2018) como marco temporal.

Subsidiado pelo trabalho de Dardot e Larval (2016), cada vez mais percebemos o quanto os princípios organizacionais e empresariais estão presentes na rotina escolar. Como a reforma do ensino médio está atrelada ao (neo) liberalismo? Essa é uma das questões norteadoras deste artigo. Antes de aprofundar a presente discussão é preciso, em linhas gerais, discorrer sobre o que seria o neoliberalismo e sua importância em uma questão geopolítica e econômica, sendo esta a primeira parte do presente ensaio para que, em seguida, seja discutido sobre a reforma do ensino médio e sua relação com esse modelo econômico social vigente.

Para Galvão (1997), o neoliberalismo diz respeito a um conjunto de ideias econômicas e políticas que deseja reduzir a importância do Estado na economia. Isso ocorre após a crise de 1960, a qual foi considerada a culpada pela catástrofe econômica. Sendo assim, a educação também entraria no combo que a economia também teria interferência direta. Para isso, uma série de transformações seria necessária, algumas delas são: preparar a/o estudante para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a competição no mercado nacional e internacional, transformar o espaço escolar em um ambiente que incorpore elementos da indústria cultural para que seja possível subsidiar uma lógica capitalista na escola (MARRACH, 1996).

Para Dardot e Larval (2016), após a crise do liberalismo foi necessária uma reformulação nos dogmas do liberalismo, criando outro modelo, em outras palavras, o neoliberalismo, que, em suma, diferencia-se devido a menor intervenção do Estado na economia. Nesse sentido, ambos autores até comentam sobre o homem empresarial, que seria a construção de um sujeito que valoriza ainda mais a perspectiva capitalista, moldando-o para ser um empreendedor, haja vista que empreender é uma dimensão do homem apreendida na própria instituição escolar.

PERCURSO METODOLÓGICO

A construção deste artigo deu-se em um momento político de conflitos ideológico-econômico e com uma grande inflamação dos partidos políticos brasileiros que buscam um novo arranjo social. A eleição brasileira de 2022 dá um tom ainda mais importante na construção deste texto que tem como pretensão compreender as relações que podemos fazer entre o sistema econômico-social-cultural neoliberal e a educação. Sendo essa discussão cara para a sociedade e, também, para os rumos que desenham o projeto nacional, as atenções do mercado também se voltam para uma seara que se torna, praticamente, um mercado interessante: a educação.

A fim de buscar respostas para tais empreendimentos sociológicos, Dardot e Larval (2017) corroboram a discussão a fim de discorrerem sobre quais impactos do neoliberalismo na educação, sem tocar a especificidade brasileira, ponto o qual queremos avançar no presente artigo. Para isso, de maneira qualitativa e bibliográfica, a partir de textos oficiais do Estado, além de notícias jornalísticas, será analisado tanto o teor destes quanto pontos teóricos que desdobrarão na análise aqui apresentada. Outra dimensão importante a ser citada é a econômica,

que a todo instante será acessada através da obra dos autores já citados. Assim, teremos subsídio para pensar a questão a ser refletida neste artigo.

Além do mais, os itinerários formativos, fruto da reforma do ensino médio, tornam-se um objeto perpendicular ao que está sendo proposto aqui. Por mais que essa oferta seja, num primeiro momento interessante para a escolha das/os estudantes, é importante pensar como o neoliberalismo atua nessa sensação de autonomia. Esse leque de possibilidades de disciplinas eletivas, como assim são chamadas, não é infinita e parte da disponibilidade das secretarias de educação de cada unidade federativa, assim como do corpo docente, como pode ser observado na realidade.

A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E SEUS DESDOBRAMENTOS NEOLIBERAIS

A lógica empresarial é um mote que precisa ser visto com atenção, haja visto que é a partir dos preceitos de ordem privada que iremos perceber como o neoliberalismo age na escola. Nesta concepção de economia, vemos que o neoliberalismo como guardião do direito (DARDOT; LARVAL, 2016). A escola também é um direito dos cidadãos, segundo a constituição brasileira (BRASIL, 1996). Dentro dessa perspectiva neoliberal, é preciso pensar nas modificações curriculares para que esta esteja adaptada com o modelo econômico-social vigente. Não é possível pensar a escola através de outro modelo. A hegemonia liberal logo se torna o padrão para tornar as/os estudantes considerando que a reforma do ensino médio é vista como um produto de interesse do capitalismo/neoliberalismo.

Ao pensar no momento histórico e político que contextualizava a reforma do ensino médio no Brasil, visualizaremos um país que tinha um presidente não escolhido pela população e uma série de ministros aliados do governo, que não estavam comprometidos com as áreas sociais, como a educação. Preocupados muito mais com a questão econômica, estes fazem parte de representantes dos grupos capitalistas. Como pontua Freitas (2012; 2015), é perceptível que a reforma do ensino médio também é reflexo deste momento atual: o projeto “Todos Pela Educação”² tinha como objetivo transformar a educação através do viés empresarial e adequando a um mercado privado.

A medida provisória 746 (A Reforma do Ensino Médio), que está atrelada a Emenda Constitucional 214, conhecida como “PEC Teto dos Gastos”, faz parte de um conjunto de medidas neoliberais que pretende reduzir os gastos em áreas sociais, como na educação por vinte anos (FEREIRA; WALLACE, 2018), o que representa um descaso e regresso para a sociedade brasileira. Sem investimentos, não é possível avançarmos de maneira qualitativa no sistema educacional brasileiro, que já enfrenta grande desigualdade social.

Após essa implementação, algumas mudanças chamam atenção e demonstram como o neoliberalismo seria uma realidade da reforma, tais como a retirada de disciplinas como Sociologia, Filosofia e Espanhol, ampliação da carga horária de 800 para 1400 horas/ano, contratação de profissionais com o “notório saber” para o exercício escolar e a divisão dos cinco itinerários formativos (Ciências da Natureza e suas tecnologias, Linguagens e suas tecnologias, Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Matemática e suas tecnologias e Formação Técnica e Profissional³).

³ Ver mais em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/itinerarios-formativos-do-novo-ensino-medio>. Acesso em: julho de 2022.

A partir do momento em que temos uma alteração na curricularização do ensino médio, é preciso prestar atenção em quais os novos rumos que essa etapa de ensino está sendo encaminhada. A qualidade do ensino é diretamente atingida provocando uma alteração na formação dos sujeitos que fazem parte desse espaço, além de suprir mecanismos essenciais para a sua compreensão do mundo. Ou seja, o currículo torna-se reducionista ou podemos também perceber que só privilegia alguns discentes, haja vista a demanda de alguns itinerários formativos. Por mais que estes sejam de responsabilidade de cada unidade federativa, existem documentos nacionais que regularizam a educação, tais quais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Plano de Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais. A partir do texto da Reforma⁴, é possível identificar que poderá haver interferência do setor privado na formação escolar e em questões pedagógicas, logo o currículo poderá ser uma ferramenta a ser modificada a partir dos interesses do setor econômico.

É importante salientar sobre esse ponto que uma das justificativas apresentadas pela Lei 13.415, é que o currículo do ensino médio precisaria tornar-se mais flexível para que o universo maior de jovens seja atendido com ele, devido a principalmente dois pontos: a baixa qualidade de ensino e, principalmente, que este se torne atraente para as/os estudantes, devido ao alto número de reprovações e de abandono. Entretanto, esses pontos são refutados por outros fatores como a própria estrutura escolar, que não torna esse ambiente favorável para o ensino e aprendizagem, assim como as taxas de abandono podem ser explicadas pela necessidade de estudantes colaborarem na renda familiar.

O senso de coletividade dilui-se cada vez mais em nome de uma individualidade (e competitividade). Sendo uma das consequências diretas dessa ação, é o período de socialização das/os discentes não passará de 1800 horas, que são aquelas em relação à Base Comum, através de disciplinas que todas/os terão que realizar. Além de uma aprendizagem fragmentada, o que a Reforma do Ensino Médio também causa é um efluxo dos saberes, pois cada itinerário terá uma finalidade. O que especialistas temem é que as camadas mais populares aperfeiçoem-se em disciplinas profissionais, para que sejam capitaneados de forma precarizada no mercado de trabalho.

Outro aspecto importante e técnico sobre a reforma do ensino médio é sua formatação. Quando se fala sobre as disciplinas eletivas, é preciso que se entenda que haverá disciplinas da Base Comum em que todas/os discentes terão que estudar⁵, e outra parte diversificada, que é justamente esta que está sendo dada maior atenção. Porém, outra característica e crítica feita é que a formação não será mais unificada, pois será a partir das afinidades de cada uma/um, logo, nem tudo será aprendido por todas/os. Para Larval (2012), a subjetividade é uma das características dos sujeitos mais atingidas através do neoliberalismo, e principalmente, atuante dos jovens que estão estudando no novo ensino médio.

Atrelado à autonomia, outro conceito importante para que possamos falar sobre emancipação de jovens, é o protagonismo. O novo ensino médio busca esse protagonismo completamente? Além da questão social, é importante que esta/e jovem seja atuante politicamente para se buscar uma sociedade mais democrática. Para Dardot e Larval (2017) é necessário que se mobilize insurgências críticas e a formação da juventude em um espaço comum, algo que não é considerado na Reforma do Ensino Médio. Dentro de um contexto de neoliberalismo, o modelo educacional vai buscar cada vez mais trazer a competitividade e no que

⁴ Ver mais em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm. Acesso em: jul. 2022.

⁵ Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias e ciências humanas e sociais aplicadas.

Dardot e Larval (2017) nomeiam como descoletivização da ação, que seria justamente o oposto do sentimento de coletividade e precariedade.

Segundo Moura e Filho (2017), quando se busca a competitividade na lógica educacional frente a um projeto amplo de criticidade das/os estudantes, ocorre um esvaziamento da noção dos direitos sociais e do papel do Estado na responsabilização social com os sujeitos. Frente a isso, estamos em um país que cada vez mais é agravado a desigualdade social e fortalecer este modelo só reforça ainda mais esse fosso de diferença em nosso país. A reforma do ensino médio atrela ainda mais a competitividade que atinge a subjetividade destas/es estudantes.

Ora, se a desigualdade é justamente a expressão maior da competitividade, que cada vez mais teremos esta expressão nas escolas brasileiras dentro do cenário da Reforma do ensino médio. Dentro de uma perspectiva neoliberal de educação, a sociedade de mercado irá cada vez mais naturalizar essas ações e as/os estudantes irão perpetuar uma competitividade em busca de melhores condições de vida, desde o ensino médio. Também é perceptível que há uma maneira intrínseca e subjetiva de se tornar cada vez melhores dentro de um projeto empresarial através de metas a serem batidas (MOURA; LIMA FILHO, 2017). Assim, a educação cada vez mais se transforma em uma mercadoria para além de currículos, mas também subjetivamente, como já havia chamado atenção anteriormente.

Segundo Moll e Toledo (2017), a oferta de conteúdos, em muitas regiões é precária, já que o número de escolas é mínimo, às vezes chegando apenas a uma única instituição. Logo, podemos inferir que essa autonomia na verdade é falsa ou realmente nem existe. Ora, a partir do momento em que há uma seleção de disciplinas para essas/es estudantes, há um crivo do que se espera na formação destas/es. Ou seja, vemos uma falsa autonomia do corpo discente.

Além disso, através do artigo 36 do texto da reforma, é visto que a escolha “livre” das/os discentes em relação as disciplinas eletivas são condicionadas a uma decisão escolar: “as escolas deverão orientar os alunos no processo de escolha das áreas de conhecimento ou de atuação profissional previstas no caput”. Ou seja, a decisão não passa exclusivamente pela/o estudante, através, justamente, dos arranjos curriculares que as unidades federativas/instituições assim fizerem. O que existirá realmente é a escolha através dos itinerários formativos de sua escola. Dentro da responsabilização institucional e num contexto de crise que foi instituída a reforma do ensino médio, ainda é possível que estes itinerários sejam cada vez mais ligados com os interesses econômicos para que possam intermediar soluções baratas (como mão de obra) para os empresários, sempre correspondendo aos indicadores de avaliações, como o próprio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Dentro de um contexto de mercado e busca por mão de obra qualificada e barata, cada vez mais a escola será um local em que o empresariado terá suas atenções voltadas. Segundo Frigotto (1999), dentro de um contexto de desemprego estruturante como no Brasil, a formação técnica é vista como uma resolução assertiva. Trazendo dados para a nossa discussão, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a taxa de desemprego em nosso país caiu para 9,8%, entretanto, ainda assola a casa de 10,6 milhões de brasileiras/os⁶. Assim, a busca por especializações torna-se mais precoce e o ensino médio torna-se o local mais interessante/opportuno para isso. Para grupos sociais mais desfavoráveis economicamente, essa ideologia ainda é mais recorrente, devido a necessidade de sobrevivência. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (Pnad) Contínua Educação de 2020, aponta que o trabalho é o principal motivo para o abandono escolar. Racializando esses dados, veremos que

⁶Dados disponíveis em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/30/desemprego-fica-em-98percent-em-maio-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: jul. 2022.

58,3% são pessoas pretas e pardas, o que mostra como o racismo é presente dentro desta desigualdade social escolar.

Logo, a escola e a educação como um todo tornam-se um instrumento não para compreensão ampla de ser cidadã/ão, mas sim um competidor de mercado, o que Oliveira (2020) vai nomear cidadania competitiva. Antes de qualquer outra medida para possibilidade de ascensão social, a educação será a mediadora desse processo: sem ela não será possível ascender profissionalmente, assim a competição torna-se necessária e basilar no transcurso educacional. Em vista disso, a reforma do ensino médio legitima esses discursos para que cada vez mais sejam aceitos socialmente pela população, seja através de discursos de ministros ou por campanhas publicitárias de grande apelo comercial. A responsabilização individual é uma forma de mostrar aos estudantes do novo ensino médio que elas/es podem e devem contribuir com o futuro do país mediante uma crise sem precedentes. O que não se mostra nessas grandes campanhas é que esse acirramento competitivo pode contribuir com a destruição de direitos sociais em nome do capital, já que para o neoliberalismo essa seria uma melhor maneira de garantir convivência social, segundo Oliveira (2020).

O protagonismo juvenil é uma das implicações mais fortes nessa reforma do ensino médio. A necessidade de uma insurgência crítica esbarra em várias maneiras de talhar esta, já que não podemos reduzir esse conceito a simples mera ação de escolher disciplinas para sua complementação educacional. Dardot e Larval (2017) demonstram a necessidade de ampliar este projeto de protagonismo para práticas políticas e movimentos juvenis.

O que se identifica, então, é que é vendido a imagem de um novo ensino médio, que seria a salvação do problema educacional brasileiro, em que jovens não cairiam no marasmo das salas de aula e das fatídicas explicações que não serviriam para seu futuro. Sendo muito mais proveitoso focar atenção no setor produtivo. Todavia, essa é uma maneira implícita de transformar a educação como um dos mecanismos que perpetuará a desigualdade social a partir da competitividade, como visto acima. Para Silveira (2018), a reforma do ensino médio precisa ser compreendida como uma ação dentro do pacote da PEC que congelou os gastos em relação aos direitos sociais, sendo assim uma forma de precarizar e explorar ainda mais áreas como a educação.

Destarte, observa-se que a atenção dada pelos reformistas está exclusivamente para o texto (relativo ao currículo), como se fosse o grande vilão dos problemas do ensino médio, assim esquece as questões internas dessa instituição. Para além disso, é importante salientar que as definições contemporâneas de currículo não se apregoam apenas na questão escrita, mas sim no conjunto de atividades coletivas que acontecem para que a educação seja efetivada, além da relação exterior com a comunidade escolar, vide família, por exemplo. Assim, percebe-se a noção equivocada do currículo.

Ainda tratando do texto da Reforma, em determinado trecho vemos a possível contratação de empresas educacionais no modo EAD (Educação a Distância) para firmar compromisso com a instituição escolar, o que desqualifica o processo integral de educação das/os estudantes do ensino médio, haja vista também que é preciso saber que muitas/os sequer possuem aparelhos digitais, como ficou evidenciado principalmente no período de pandemia da Covid-19 no Brasil, segundo dados da pesquisa TIC Educação 2019⁷. Ou seja, o que estamos notando é que a precarização é uma marca forte da Reforma, seja através da formação dos profissionais, dos valores apregoados e como da estrutura que se deseja tornar. Para além disso,

⁷ A pesquisa completa está disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dos-alunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: jul. 2022.

no mesmo texto, há trechos que informam a possibilidade para aulas a distância, além do aumento em 30% do ensino noturno. Sem buscar fechar essa questão, é imprescindível que se pense em toda logística para que isso seja realizado de forma efetiva: as escolas públicas brasileiras possuem aparato tecnológico para compor essas disciplinas de maneira remota? E as/os estudantes com condição econômica inferior (a maior parte do ensino médio), terão condições para tal ação? E as/os docentes estão preparadas/os para desenvolver a cidadania digital como forma basilar em seu fazer docente? O que parece ser uma forma para baratear os custos educacionais brasileiros, precisa ser pensado de forma minuciosa.

Laval (2004) contribui com o debate para pensar que a presente crise do capitalismo não é apenas passageira, mas uma transformação dela mesmo. Para isso, todas as instituições também sofrem mutações de diversas maneiras, incluindo psíquicas, por isso reiteramos ao longo deste ensaio o impacto subjetivo do neoliberalismo na educação a partir da Reforma do Ensino Médio. Além disso, o autor comenta que essas mesmas instituições quando fazem oposição às mudanças são as que, possivelmente, mais sofrem com as consequências. O neoliberalismo tenta enfraquecer cada vez mais a rigidez em que se encontra os espaços sociais e, assim, a economia está sendo cada vez mais colocada como centro de discussões e até mesmo de valores: é uma transformação estrutural para a eficácia produtiva, mas que também precisa e consegue chegar até a psique humana e, conseqüentemente, afeta a educação (LAVAL, 2004, p. 14).

As dimensões subjetivas da influência neoliberalista na educação

Nesse sentido, a escola passa a ser um empreendimento como se fosse tal qual uma empresa em que eficiência, controle de custos e demandas e a própria tendência ideológica começa a imperar. Para Laval (2004), essas instituições obedecem às normas do mercado assim como a evolução econômica. Dessa forma, os próprios métodos de gestão, que são inspirados em uma lógica empresarial perfazem o funcionamento da escola (LAVAL, 2004, p. 13). É importante também frisar que essas mudanças atingem o corpo discente, assim como as avaliações, disciplinas e currículos como já dito anteriormente. A partir dessas modificações, dentro dessa perspectiva cultural de empresa dentro da instituição escolar corrobora para o que Dardot e Laval (2016) denominam governamentalidade empresarial, ou seja, novos anseios dos próprios sujeitos que perfazem esse espaço: será mesmo que a cidadania, no sentido democrático é requerido por estudantes? Ou uma dimensão exclusivamente econômica? Para ambos os autores, os comportamentos são redefinidos e até mesmo as ações dessas/es que compõem esse ambiente também (DARDOT; LAVAL, 2016).

A pretensão de ser bem-sucedida/o torna-se, assim, a meta a ser alcançada dentro da perspectiva neoliberal. Mas o que significa ser bem-sucedida/o dentro de uma perspectiva neoliberal? Essa é uma questão interessante para se pensar neste ensaio, haja vista a importância de seu discurso nas escolas. Destarte, o próprio sucesso torna-se uma forma de definir os rumos de uma educação de qualidade, além disso, a questão de empreender para alcançar seus objetivos. Nessa perspectiva neoliberal, o estudante dentro da Reforma do Ensino Médio é ensinado a ser competitivo para ser bem-sucedida/o. Logo, o fracasso também depende exclusivamente da/o estudante, que deve fazer escolhas sábias, ou seja, aquelas mais rentáveis economicamente, mediante o contexto neoliberal, em que as oportunidades não são iguais para todas/os. Para que seja possível adentrar este universo é preciso que se tenha como características a criatividade, a inovação e a inteligência, tanto que Dardot e Laval (2016) chamam o próprio Estado de Empresa, já que necessita dessas mesmas funções/características.

Ainda pensando conjuntamente com Dardot e Laval (2016), existe uma dimensão de autorrealização das/os estudantes importante dentro da perspectiva de Reforma do Ensino Médio, além de pressão pessoal grande, haja vista a importância de ser bem-sucedida/o. O desejo de realização pessoal, segundo os autores, evoca o sentimento de trabalho realizado bem-feito e prosperidade para toda uma comunidade, que também espera dessas/es estudantes o melhor futuro (lê-se, economicamente bom). Entretanto, não pode deixar de ser mencionado é que o neoliberalismo não disponibilizará de ferramentas saudáveis para que seja possível essa ascensão social, logo a subalternização e precarização dos trabalhos serão formas cruéis disponibilizadas para a maioria do corpo discente, que precisará adaptar-se a uma realidade neoliberal.

Essa foi a forma de justificar a privatização da maior parte das instituições, aliado a ineficiência do Estado. Dentro do contexto neoliberal, esse medo social, possibilitou implementar esse modelo econômico. Assomado a esse motivo, mais a crise atual de mercado, há uma naturalização desse discurso para uma implementação mais eficaz e os sujeitos estudantes pensem desde a sua formação sobre as questões do mundo do trabalho de forma disciplinar (DARDOT; LAVAL, 2016). Todo esse dismantelo e fim de políticas públicas, faz com que o estudante (futuro trabalhador) esteja mais conectado ao modelo neoliberal, tanto em nível de disponibilidade e de comprometimento.

Buscando traçar paralelos entre o modelo de capitalismo anterior e esse novo, o neoliberalismo, Dardot e Laval (2016) descreve-os como uma atualização com mais elementos sutis, mas com a mesma retórica de exploração. O que o neoliberalismo busca é agora ampliar seu poder de reprodução a formar um exército de sujeitos empreendedores, que perpetuarão a lógica de competição entre seus pares e, assim, consecutivamente e conseqüentemente produzirão mais capital para um empresário. Ou seja, um modelo mais sofisticado de precarização, em que cada uma/um construirá sua própria jaula de aço (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 330).

O empreendedorismo vem a ser ensinado a partir do novo ensino médio como sendo uma forma ilusória de sucesso, porém as empresas não serão um local de bem-estar social e de socialização, mas sim um espaço para aprender a competir entre si e produzir mais-valia de forma mais eficaz possível, buscar sempre formações que complementem seu trabalho, ser flexível a qualquer horário/função. Para Dardot e Laval (2016) foi Margareth Thatcher que iniciou essa racionalidade. E é a partir da escola, com a Reforma do Ensino Médio, é que será visto como essa seria a fórmula correta para ensinar, a finalidade de estudar seria essa. Ao aliar os preceitos da economia e do empresariado, os valores individuais e coletivos são mudados completamente para que se o próprio neoliberalismo seja visto como modelo a ser seguido e não criticado.

Entendendo que a Reforma do Ensino Médio é uma medida de privatização da educação brasileira e, assim, pertence a mais uma forma do neoliberalismo agir socialmente de forma mais ampliada, é percebido também que a transmissão de valores e do próprio conhecimento também é modificada para que esta/e estudante compreenda desde a sua socialização escolar que a competitividade será um instrumento a seguir. Além disso, Laval (2004) comenta que com essa mudança de valores existe uma responsabilização a mais da família no sucesso escolar de suas/seus filhas/os, já que a intenção da Reforma do Ensino Médio também é reduzir os gastos pelo Estado.

A escola torna-se um objeto de mercado como qualquer outro que pode render lucros e, assim, é submetida à lógica empresarial. Mas a autonomia escolar é consideravelmente perdida, haja vista seus novos interesses. Mediante isso, Laval (2004) percebe que o setor privado necessita impor mais força nesse sistema, até mesmo na formação de profissionais para a área. Para isso, são arranjados diversos mecanismos para se integrar o empresariado à instituição escolar, por

exemplo, as disciplinas eletivas que foi comentado acima. A ideologia é marca importante para a implementação de um novo ensino médio. É preciso que se compre essa ideia e veja-a como saída para os problemas sociais. Reitera-se, então, a padronização de objetivos e a descentralização cada vez maior do que se busca na escola, a própria formação docente, como salienta Laval (2004).

A cultura neoliberal e empresarial e influências escolares

A dimensão de uma perspectiva empresarial logo torna-se efetiva dentro do universo escolar e implica mudanças significativas no processo educacional: desde uma organização social até valores próprios que estão imbuídos nessa seara. Transformar essa cultura escolar em cultura empresarial representa, também o rompimento com chaves importantes para a efetivação do que muito se cristalizou como papel da educação: formação do senso crítico. Apesar de que na LDB 9394/1996 já estivera respaldando a educação como formador para o mercado de trabalho, o que vemos hoje é que os níveis foram alargados de forma gigantesca, e estão emergidos nessa perspectiva, esquecendo as demais como a socialização, convivência social e a criticidade enquanto cidadãos/cidadãs. Para Dardot e Larval (2016), a governabilidade é preenchida na escola e percebida em níveis variados, já que corresponde a uma série de novas aspirações e racionalidade própria.

Desde a individualidade do sujeito até a competitividade, observa-se que o controle de pessoas e de si são formas aceitas que estão prescritas dentro da perspectiva neoliberal/empresarial/capitalista. A escola, nesse sentido, começa a naturalizar esses valores de sucesso, competência e muito mais que ensinar, essa instituição normatiza essa cultura como se fosse algo a conseguir. Estamos aqui falando de uma formação muito mais efetiva, que cria o que Bourdieu (1999) chamou de *ethos*, ou seja, uma maneira e cultura própria desse lugar: um estilo de vida.

O neosujeito (DARDOT; LAVAL, 2016) percebe que a liderança toma conta de si, já que um dos preceitos desse modelo econômico é a perspectiva individualizada: ele próprio governa-se, logo, torna-se a própria empresa. Esta é uma ruptura que modifica intensamente a formatação da instituição escolar, como poderemos ver, haja vista a questão até mesmo epistemológica aqui fundamentada e pressionada pelo neoliberalismo.

O eu-empresa é formado pela escola através de práticas, teorias educacionais, documentos oficiais e até na sua organização. Entretanto, é necessário afirmar que existe um embate de forças para o controle de poder nesse espaço. De um lado, há o discurso neoliberal que prima por essa ordem descrita até aqui e outra que nega a noção mercadológica da educação. A questão que se coloca aqui é porque a primeira corrente ganha cada vez mais forças e adeptos, e a resposta está justamente nas crises econômicas que assolam o globo mundial e fazem com que os modelos atuais de economia sejam constantemente questionados. A escola, então, seria uma forma de resolução do problema. De antemão, vemos que a resolução deveria ocorrer por outras vias. Além do mais, o que ocorre com a implantação efetiva dessa ordem neoliberal, em sentido amplo, é a negação cada vez maior de direitos sociais e a escola seria o reduto de formação para jovens promissores desta ordem.

A União Europeia, em sua magnitude de dimensão e influência ideológica mundial, reflete através de documento expedido por essa união econômica e posiciona-se em relação à educação no sentido empresarial: nessa instituição deve ser reforçado o caráter da competitividade na formação continuada dos sujeitos que ali se fazem presentes, muito mais que um elemento de ensino, a escola, segundo o documento, é formador de coesão social que

apresenta os novos rumos para estudantes (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS, 1995). No documento, é possível perceber isso quando é afirmado que a formação neoliberal e a educação estão cada vez mais aliadas na formação da identidade e da promoção pessoal. Esses dois pontos reforçam a noção que o mundo empresarial faz-se presente nesse lócus, ambas partem das vias para a formação do *ethos* neoliberal de forma subjetiva nas/os estudantes. A realização pessoal destas/es está correspondida a inovação e competitividade, por exemplo. Caso essas duas metas, no mínimo, não sejam alcançadas, o sentimento de frustração torna-se recorrente.

A linguagem desse documento europeu também já desenha uma forma particular de interesse empresarial, mostrando aos sujeitos essa nova forma de pensar, estudar e de maneira geral, viver nesse universo neoliberal. Também é apresentado como a escola deve agir em meio a crises econômicas e quais passos seguir. Afonso e Antunes (2001) demonstram como até mesmo a democracia pode ser atingida com as instruções desse livro (denominado Livro Branco): a partir do instante em que temos uma supervalorização da instância da utilidade econômica estamos deteriorando a ideia de sociedade no seu sentido amplo socialmente dito, logo, o papel maior não poderá ser atingido. A partir dessa linguagem neoliberal, outros pontos são colocados para a efetivação do modelo empresarial/neoliberal na educação, a citar: aprender e dominar três línguas, afastamento da exclusão, aproximação da instituição escolar e da empresa e observar com a mesma importância o investimento físico e a formação.

Embasado nesses cinco preceitos, o livro branco afirma que nessa nova perspectiva educacional, a perspectiva neoliberal precisa estar intimamente correspondida a fim de promover uma mão de obra qualificada para atender às demandas do mercado. Além disso, é preciso que os *ethos* da competitividade estejam circunscritos nesses jovens que irão para o mercado de trabalho. Outra forma de conjecturar com esse fenômeno é promover, segundo o documento, educação de qualidade para que se possa cada vez mais atualizar as ferramentas para utilização no espaço trabalhista, haja vista que é o conhecimento que fará com que esta/e permaneça em determinada classe social.

Logo, o que podemos perceber é que qualquer outro tipo de expressão proveniente da educação que não seja baseada nesses preceitos é subjugado e inferiorizado, por exemplo, as disciplinas da área de humanas, no contexto de Reforma do Ensino Médio foram menosprezadas e descartadas, em determinado sentido, em função de outras, que trariam maior rentabilidade para esse fim. A demanda econômica torna-se o maior dos objetivos desse modelo. Nesse sentido, Dardot e Larval (2016) percebem que até mesmo a modalidade de formação continuada é um auxílio apenas para a forma como o mercado lucrará mais e não como uma maneira social de aprendizagem. Além da construção de mão de obra mais qualificada e preparada para os desafios do mercado. A formação de um *ethos* trabalhista também perpassa a nova dimensão educacional-empresarial, que produz a subjetividade necessária para que a ideologia neoliberal seja normalizada no espaço escolar.

Ainda sobre essa linguagem neoliberal, é importante destacar que a chave mais importante para o aprendizado dá-se a partir do sucesso individual e do empreendedorismo. Essa linguagem é ensinada e reproduzida a partir de métodos próprios em disciplinas que têm ementas direcionadas com esse foco e que, muitas vezes, é patrocinada/fomentada por convênios com grandes empresas, que têm interesses comerciais nessa modalidade de educação (neoliberal). Nesse sentido, o que é ensinado para os sujeitos da escola é a respeito da sua autonomia e a criação de um sujeito participativo e ativo, para a conquista de destaque na empresa. Porém, deve-se atentar que essa autonomia desejada na ordem neoliberal não diz respeito ao sentido kantiano (1999) ou adorniano (1995). Muito longe de pensar questões sociais,

esse sujeito autônomo é pressionado a pensar apenas em questões econômicas e empreendedoras.

A escola passa a ser um espaço de utilitarismo para que se aprenda razões econômicas e até de salvar sociedades em crise. É como se houvesse uma dupla intenção para com as/os jovens: ao mesmo tempo em que estão formando um exército de empreendedores, que alimentam a máquina neoliberal, existe outra parcela que é formada para suprir postos de trabalhos, muitas vezes num lugar de opressão. Tudo isso é revestido por uma ideologia de inovação e tecnologia pelas escolas, sejam públicas ou privadas. Muito presente até mesmo nas propagandas que circulam os meios de comunicação, instituições privadas destacam *slogans* que, muitas vezes, enaltecem a *ciberatividade*, mas que escondem a pretensão econômica de disseminar o neoliberalismo em suas práticas educacionais.

Para tudo isso acontecer de forma efetiva e qualitativa, é preciso que a escola esteja correspondida com empresas, logo os parceiros de mercado fazem-se presentes na constituição desses acordos, isso gera consequências, de ordem prática, como a formação dos trabalhadores dessas empresas, mas também dos alunos que serão inseridos nessa rotina trabalhista. Essa cooperação permite que seja introjetado este ethos empresarial nas/os alunas/os. A formalização dessa aprendizagem sustenta o que o Livro Branco entende como maneira de estender os laços materiais e econômicos das empresas para a escola. Estamos aqui direcionando nossa análise para a educação básica, mas é importante salientar que o projeto neoliberal atinge também os muros das universidades e cursos. Os processos educativos do ensino superior também promovem a disseminação de uma cultura e valores que pregoam a individualidade e competitividade cada vez mais acirrada com universitárias/os.

Sennet (2012) reforça a questão da individualidade que o neoliberalismo prega para a educação a partir dessa nova caracterização que transforma a escola num espaço de mercado, ou seja, da própria empresa. Ser bem-sucedida/o é a meta a ser alcançada e para isso os valores e culturas dessa percepção são trabalhados de diferentes formas. Uma formação ética e subjetiva que ocorre paulatinamente para que estudantes vivam o espírito neoliberal/empresarial. Uma das formas de medir essa introjeção é a partir de metas avaliativas, o que já bem parece com o ambiente de empresas. Scheider e Nardi (2012) observam que dentro do universo capitalista atual o que se tem é a descompensação da regulação dessas metas que não está de acordo com a realidade social, ou seja, há uma sobrecarga para as pessoas que fazem a escola do alcance dessa avaliação. Esse modelo intitulado *accountability* torna-se superior à própria ideologia escolar de aprendizagem, não levando em consideração outros fatores, importando apenas os valores neoliberais.

Nesse sentido, a escola é reduzida a total empresa, não tendo autonomia para realizar outras funções. Uma consequência dessa ação, segundo Trevisol e Almeida (2019), é a perda da memória do espaço-tempo nesse espaço. O papel da escola perde-se na constituição de um momento de aprendizagem, como se aquele espaço fosse apenas uma continuação de uma empresa, ou seja, não existirá a lembrança dessa fase para milhares de adolescente. Muito mais que uma mera lembrança, a memória significa uma questão social relevante a ser pensada, pois emerge um período social em que não houve uma problematização desse espaço e apenas foi incorporado a valores empresariais na cultura escolar. Sendo esta uma verdadeira empresa com características bem definidas.

A primeira elencada é a redução do processo de aprendizagem escolar aos interesses do capital, então tudo é homogeneizado para suprir apenas uma classe específica; o espírito empresarial, ou como chamamos, o ethos empresarial é incorporado em todas as práticas escolares, desde a socialização até a avaliação para que se tenha uma forma genuína de

normatização desses valores. Essa característica ideológica permite que o neoliberalismo cristalice-se dentro da instituição de forma mais efetiva e duradoura e, para que isso ocorra, é preciso que se dê mais espaços a disciplinas que, no senso comum e, também, na ordem do mercado, sejam mais rentáveis e preparem melhor essas/es trabalhadoras/es. Logo, a área de humanas passa a ser vista com menos interesses, já matemática, português e inglês são percebidas como basilares na formação escolar; a destituição da ideia de escola em empresa, formando uma nova estrutural, objetiva e subjetiva de aprendizagem e a produção de um saber que não esteja voltado para a formação cidadã, mas sim para formar trabalhadoras/es.

Para Biesta (2017), o grande problema dessa questão é o fato de a formação dessa gramática econômica que muda completamente a forma como a escola pretende formar estudantes. A/O docente é vista/o como um mero provedor desta/e aluna/o que precisa incorporar as noções trabalhistas, assim como a escola, logo esta é vista também como uma mercadoria. E o que é avaliado nessa situação seria a entrega do produto após a sua eficácia no trabalho feito dentro dos seus postos de trabalho definidos previamente (ALVES, 2016). Pensando através da obra de Emile Durkheim (2007) o que vamos perceber é que esse modelo restringe toda a autonomia escolar em uma educação, que ele chama de restrita e homogênea, em que não há nada além de regras econômicas a serem reproduzidas. E assim, a lógica de democracia também é esvaziada, já que dentro desse padrão reprodutivo nada importa a não ser uma forma de lucrar.

São esses caminhos, nem tão novos, que fazem emergir uma nova subjetividade nessa instituição escolar. O Estado, como força motriz nesse processo, tem relação direta devido a sua posição geopolítica frente a outras nações. Essa interferência volta para a educação como uma forma de aprendizagem neoliberal e que emerge novas sociabilidades e até novos rumos de aprendizagem. A organização da escola muda-se completamente e não permite outras perspectivas a não ser econômicas na aprendizagem, ideia contrária aos ideais republicanos. Essas lógicas de competitividade, de concorrência e de produção são incorporadas ao modelo de grande capital internacional, tornando-se um projeto bem-sucedido. Para Biachetti (2005), o neoliberalismo permite que a ordem econômica tenha permissão para promover essa ordem neoliberal na educação, haja vista que o Estado também se torna um dispositivo dela.

CONCLUSÃO

Mediante o exposto e aos insights feitos até aqui, concluímos, neste primeiro momento, o quanto pode ser grave as mudanças que a Reforma do Ensino Médio traz ao sistema de ensino brasileiro. Desde 2018 implementada, observo o quanto esse discurso foi comprado pelos governos estaduais, federal e até mesmo pelas gestões de escolas em todo o país. A partir de campanhas publicitárias, discursos em horário nobre na TV brasileira, ministros e os representantes oficiais do Estado puderam expor uma parte positiva falsa dessa Reforma. Durante esse ensaio, desejou-se que se percebesse como a noção da subjetividade das/os estudantes do ensino médio é afetada e transformada com as ações neoliberais implementadas. A mudança de perspectiva e, principalmente, do que se deseja (enquanto instituição), é imprescindível para o Estado. Não se busca alunas/os formadas/os criticamente, mas sim empreendedores, trabalhadores e mão de obra barata.

Para isso acontecer, uma série de medidas foram tomadas como já descritas acima, como só demonstram qual o real objetivo da Reforma do Ensino Médio. A partir de medidas contra a democracia e a PEC que instituiu diversos cortes em pastas importantes como a educação, é importante perceber como o neoliberalismo age na contemporaneidade. Aliado a um discurso

meritocrático do empresariado, que busca mão de obra barata e qualificada, essa reforma veio ser a grande oportunidade desse grupo a fim de aliar seus interesses juntamente com uma das instituições sociais mais importante como a escola.

O sujeito neoliberal a ser formado nessa instituição reformulada terá desejos novos, interesses outros, que muito estão próximos da competitividade e do empreendedorismo. Esses foram duas seções importantes neste ensaio para que fosse possível observar o quanto as mudanças subjetivas podem acarretar a Reforma do Ensino Médio brasileiro. Dentro dessa perspectiva, é preciso incentivar toda a comunidade escolar para que essa Reforma seja bem-vista e aceita por todas/os. Os estímulos são vários, como a própria meritocracia, mas também pela eficiência, pela criatividade e inteligência dos próprios discentes. Nesse âmbito, a educação torna-se máquina importante para que se busque este complemento de precarização que a agenda do neoliberalismo se consolide mais ainda na sociedade brasileira.

Por fim, acreditamos que a resistência a esse momento atual é um dos caminhos frutíferos e que pode nos levar a alternativas sobre qual modelo de educação queremos para nosso futuro. Os movimentos sociais também têm importância fundamental no tensionamento do judiciário para se opor às mudanças até aqui apresentadas e efetivadas. A construção de uma identidade juvenil foi completamente ignorada na Reforma do Ensino Médio e através de um enfrentamento a esse modelo é preciso que se volte a pensar essa questão para que adolescentes e jovens brasileiras/os não sejam vistas/os como sujeitos econômicos, mas sim como potenciais criativos e, além de tudo, críticas/os da sua realidade social.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALVES, Ana Elizabeth Santos. **Qualificação e Trabalho no Capitalismo**. Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 15, n. 26, p. 45-56, jul./dez., 2006.

BIANCHETTI, Roberto Geraldo. **Modelo Neoliberal e políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BIESTA, Gert. **Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano**. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: jul. 2022.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Ensinar e aprender: rumo à sociedade cognitiva**. Livro branco sobre a educação e formação. Bruxelas: CCE, 1995

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2017.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Edições 70, 2007.

FERREIRA, Wallace; SANTANA, Diego Cavalcanti de. A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia. **Revista Perspectiva Sociológica**, n.º 21, 2018. Disponível em: <https://cp2.g12.br/ojs/index.php/PS/article/view/1740>. Acesso em: 20 de agosto de 2022

FRIGOTTO, Gaudêncio. Globalização e crise do emprego: mistificações e perspectivas da formação técnico-profissional. **Boletim técnico do SENAC**, v. 25, n. 2, p. 1999.

KANT, Emmanuel. **Sobre a pedagogia**. 2. ed. Piracicaba: Editora Unimep, 1999.

GALVÃO, Antonio Mesquita. **A crise da ética: o neoliberalismo como causa da exclusão social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

TREVISOL, Márcio Gusti; ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. A incorporação da racionalidade neoliberal na educação e a organização escolar a partir da cultura empresarial. **Revista Educação E Emancipação**, 12(3), p.200-222. <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v12n3p200-222>, 2019.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. Tradução de Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina: Editora Planta, 2004.

MARRACH, Sonia Alem. Neoliberalismo e Educação. In: GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. (Org.). **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1996.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2012.

Submetido em: setembro de 2022

Aprovado em: dezembro de 2022